PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2019
(Do Sr. Ricardo Izar)

Susta o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que “Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustado, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que “Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas”.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação

JUSTIFICAÇÃO

“É da essência do regime republicano que quem quer que exerça uma parcela do poder público tenha a responsabilidade desse exercício; ninguém desempenha funções políticas por direito próprio; nele não pode haver invioláveis e irresponsáveis entre os que exercitam poderes delegados pela soberania nacional. Não há fundamento nem necessidade dessa exceção aberta em favor das pessoas dos legisladores” (Comentários sobre a Constituição Federal Brasileira de 1891: João Barbalho – Rio de Janeiro, F. Briguet e Cia. Editores, 1924).

É papel do Poder Legislativo da República Federativa do Brasil, na figura de seu Congresso Nacional, fiscalizar os atos do Poder Executivo respeitando sempre a autonomia dos poderes instituídos. A função do legislador na Câmara dos Deputados, enquanto órgão de representação mais imediata do povo, centralizador de muitos dos maiores debates e decisões de importância nacional, demanda dele ações e estudos que possam antecipar e evitar ações do Executivo que por ventura, tragam instabilidade e incerteza jurídica, econômica e social aos cidadãos de toda a nação brasileira. Cabe ao legislador portanto, representante eleito pela população de seu estado, viver em constante regime de atenção para que, em harmonia com seus pares, sejam observados com diligência o trâmite das decisões que conduzem o país a um estado de almejado progresso e dignidade.

É nesse sentido que o Projeto de Decreto Legislativo aqui em tela busca sustar a recente publicação no Diário Oficial da União (08/maio/2019; no 87 seção 1) do Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que “Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de

municação e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas”.

Em uma clara manobra para contornar o Estatuto do Desarmamento (a saber, a Lei 10.826/2003), instrumento resultante de ampla discussão junto à sociedade e seus representantes, o qual envolveu um referendo popular de grande dimensão, em paralelo à atual tramitação de diversos Projetos de Lei no Congresso Nacional que, hoje, versam sobre o porte de armas e seu uso, o referido Decreto nº 9.785/2019 traz ao país, com a redação que tornou-se então oficialmente publicada, um estado de intranquilidade e insegurança social de grandes dimensões, haja vista a facilitação do porte, trânsito, aquisição e comércio de armas e munições por civis em todo o país. Em paralelo, este Decreto que buscamos aqui sustar, torna concreto um desrespeito ao trabalho árduo de colegas parlamentares que, amparados em profundos estudos e consultas públicas, redigiram propostas legislativas sobre mesma matéria, com teor eventualmente similar ou diferente. Mostra-se marcante que tal decreto, cujo impedimento é aqui perseguido, visa ampliar aquilo que o legislador não concordou outrora (à época da redação, votação e aprovação do Estatuto do Desarmamento). A facilitação e permissão via Decreto para que diferentes profissionais e civis (muitos certamente com pouca vivência técnica e psicológica) portem armas municionadas em ambiente público, trará insegurança emocional a todos os envolvidos – cientes ou não da presença de um civil portando arma de fogo municionada ao seu lado. Além disso, o Decreto aqui criticado fere a Constituição Brasileira, haja vista a Lei 10.826/2003 não permitir o porte de arma fácil e disseminado a Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACs) – entre outros civis.

Versa a Constituição Brasileira, sobre a Organização dos Poderes (Título IV), Capítulo II (Do Poder Executivo), Seção III, (Das Atribuições do Presidente da República) que:

Art. 84: Compete privativamente ao Presidente da República:

.....

IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

Os atos de sanção, promulgação e publicação de leis tornam claro que estes instrumentos – as leis – serão resultantes de iniciativas legislativas apresentadas, discutidas e votadas pelo Congresso Nacional. Um decreto deixemos claro, é um ato administrativo cujo objetivo reside em dar executoriedade a uma lei, isto é, o Decreto nunca poderia criar uma nova situação legislativa não prevista ou anunciada. O mesmo é dizer que o Presidente da República não pode exercer seu poder legiferante ao arremesso das prerrogativas do Poder Legislativo – cuja função é justamente, em representação da vontade popular, propor leis (como obriga a Constituição Brasileira). Em auxílio ao argumento aqui em tela, invoca-se novamente a Carta Magna:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....

V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

.....

X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

Salta aos olhos que o porte facilitado de armas e munições, além de colocar a população brasileira em concreto estado de tensão e vulnerabilidade emocional, facilitando o surgimento de grupos paramilitares formados por civis portando armas e munições autorizadas pelo Governo Federal, coloca também em grave estado de risco o já empobrecido sistema de fiscalização e proteção da fauna brasileira. Atualmente, sem que haja previsão orçamentária para concursos públicos, cerca de 800 fiscais do IBAMA trabalham em campo – em todo o Brasil! De que forma será possível coibir o uso indiscriminado de armas e munições contra a fauna brasileira já que esta será tornada acessível e em grande volume, mediante o Decreto aqui contestado, a caçadores em campo? Qual a possibilidade de garantir à população civil que, diante de um expressivo contingente de atiradores autorizados nas cidades e no campo - sejam eles desportivos, aficionados ou caçadores -, além de diversas outras categorias profissionais autorizadas pelo Decreto aqui contestado, a saber, advogados, motoristas de empresas e transportadores autônomos de carga, detentor de mandato eletivo, seus filhos e demais familiares não se tornarão vítimas da imprudência e inconsequência de pessoas despreparadas emocionalmente e tecnicamente para portar e usar armas de fogo?

Diante do exposto, rogamos aos colegas parlamentares que, imbuídos de um sentimento de preservação de seus representantes assim como de seus familiares e da preciosa e singular fauna brasileira, que endossem este Projeto de Decreto Legislativo, que visa sustar o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, o qual “Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas”.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputado RICARDO IZAR (PP - SP)